

Incluindo quem? Um exame de indicadores socioeconômicos do Programa de Inclusão Social da USP^I

Débora Cristina Piotto^{II}
Maria Alice Nogueira^{III}

Resumo

Em 2006, a Universidade de São Paulo (USP) criou o Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp), um sistema de pontuação acrescida, cujo principal objetivo é ampliar o número de estudantes egressos de escolas públicas (EP) na USP. Contudo, uma das críticas que esse programa recebe é a de que ele não conseguiria incluir estudantes com perfil socioeconômico muito diferente daqueles que já seriam aprovados no exame do vestibular, independentemente de sua ação. Assim, o objetivo deste trabalho é o de aprofundar o conhecimento de alguns indicadores do Inclusp, com vistas a melhor responder à questão: quem o programa tem contribuído para incluir na USP? Mais especificamente, são examinados alguns dados socioeconômicos de estudantes que ingressaram na USP por essa via. Comparamos o perfil socioeconômico, nos três cursos mais e menos concorridos, dos estudantes em geral, daqueles oriundos de EP e, dentre estes, dos que ingressaram na USP em função do bônus concedido pelo Inclusp. A análise de indicadores socioeconômicos mostra que o programa tem contribuído para incluir estudantes de EP provenientes de famílias com renda familiar mais baixa do que seus pares também provenientes de EP. No entanto, aponta também que não há variação do nível de instrução do pai entre esses dois grupos, o que indica que, se por um lado, o Inclusp contribui para reduzir a desvantagem econômica, por outro, ele não tem sido capaz, de modo geral, de eliminar obstáculos culturais que impedem ou dificultam o acesso de estudantes de meios populares à USP.

Palavras-chave

I- Apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Agradecemos ao estatístico Geraldo Cássio dos Reis, que nos auxiliou na análise quantitativa dos dados.

II- Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Contato: dcpioitto@usp.br

III- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Contato: malicen@terra.com.br

Ações afirmativas – Universidades públicas – Camadas populares.

Including who? An examination of socioeconomic indicators of the Social Inclusion Program of the University of São Paulo (USP)¹

Débora Cristina Piotto^I
Maria Alice Nogueira^{III}

Abstract

In 2006, the University of São Paulo (USP) created the Social Inclusion Program of USP (named Inclusp, and its acronym in Portuguese), an added scoring system whose main purpose is to expand the number of students coming from public schools (PS) within the institution. However, one of the criticisms this program gets is that it would not be able to include students with socioeconomic profile very different from those who would pass the “vestibular” (in Brazil, it is an exam which classifies candidates to a university according to their score), regardless of the program’s actions. Thus, the objective of this work is to obtain in-depth knowledge of some the Inclusp’s indicators, with the aim of providing a better answer to the question: who the program has been contributing to include in USP? More specifically, some socioeconomic data are examined from students who entered USP this way. We compared the socioeconomic profile, for the three most and least attractive degree courses, of students in general, of those coming from PS and, among them, of those who were admitted at USP as a result of getting a bonus granted by Inclusp. The analysis of the socioeconomic indicators shows that the program has contributed to include PS students from families with a family income lower than their peers who also come from a PS. Notwithstanding, it also points to the fact that there is no variation in the education level of the father between those two groups, which indicates that, whereas Inclusp helps reduce the economic disadvantage, it has not been able, generally speaking, of eliminating cultural obstacles that prevent or make it difficult the access of students from working class backgrounds to the University of Sao Paulo.

Keywords

I- Support of the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Thanks to statistical Geraldo Cássio dos Reis, who assisted in the quantitative analysis.

II- Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Contato: dcpiotto@usp.br

III- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Contato: malicen@terra.com.br

Affirmative actions – Public universities – Working-class groups.

Introdução

Desde o ano de 1995, a Universidade de São Paulo (USP) discutia a necessidade de medidas visando à ampliação do contingente de estudantes negros entre seus alunos (MUNANGA, 2010). Onze anos mais tarde, e após muitos embates, a USP adotou, em lugar de cotas raciais, um sistema de bonificação de caráter socioeconômico destinado a elevar o número de alunos egressos de escolas públicas (EP) (BALBACHEVSKY, 2010), o chamado Programa de Inclusão Social da USP¹ (Inclusp).

Foi assim que, em 2006, a universidade decidiu, em caráter experimental, acrescentar 3% à nota final (em cada uma das duas fases do vestibular) dos candidatos que haviam cursado integralmente o ensino médio nas redes públicas de ensino, o que foi implementado no vestibular de 2007. Em 2008, a possibilidade de acréscimo à nota final estendeu-se a até 12%, pois se considerou também a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Programa de Avaliação Seriada da USP² (Pasusp), além do bônus de 3%. Em razão do atraso na aplicação da prova do Enem, nos anos de 2009 e 2010, utilizou-se a nota do vestibular da Fundação para o Vestibular (Fuvest), sobre a qual incidia o bônus, ao invés da nota do Enem. Em 2011, com a mudança de gestão da universidade, o sistema de pontuação acrescida foi modificado. Em lugar do acréscimo de 3% a todos os alunos oriundos de EP, a universidade aumentou o valor total do bônus, que poderia chegar a até 15%, condicionando-o ao desempenho do candidato no vestibular da Fuvest e no Pasusp³.

1- Para maiores detalhes sobre o Inclusp, ver Toledo (2008).

2- Criado em 2008, o Pasusp integra o Inclusp e destina-se a estudantes que tenham cursado o ensino fundamental em escolas públicas e estejam cursando o 2º ou o 3º ano do ensino médio também em escolas públicas, concedendo bonificação adicional. Até 2011, os alunos que desejassem participar do programa deveriam se submeter a uma prova elaborada pela Fuvest especificamente para esse fim. A partir de 2012, essa prova foi suprimida e o bônus adicional concedido pelo Pasusp foi vinculado ao desempenho no exame vestibular da Fuvest.

3- A partir de 2011 criaram-se duas formas de bônus: uma para estudantes que haviam cursado o ensino fundamental em escolas públicas e estavam cursando o ensino médio também na rede pública (e podiam participar do Pasusp), e outra para estudantes que cursavam ou cursaram

Em 2012, no contexto da promulgação da Lei nº 12.711, que instituiu a reserva de 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior para alunos oriundos de EP e, dentre estes, para estudantes pretos, pardos e indígenas, conforme sua proporção na população de cada estado da federação, as três universidades estaduais paulistas desencadearam uma discussão a respeito da adoção de cotas em seus vestibulares. A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) foi a única a adotar o sistema de cotas instituindo, no vestibular de 2014, a reserva de vagas para estudantes que realizaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Já a USP e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) optaram por implementar mudanças em seus sistemas preexistentes de pontuação acrescida, respectivamente, Inclusp e Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social⁴ (Paais).

No caso da USP, o Inclusp foi modificado, concedendo, a partir do vestibular de 2014, um bônus adicional de 5% aos candidatos oriundos de EP, autodeclarados negros e indígenas. Contudo, uma das críticas que esse programa, assim como seu semelhante, o Paais da Unicamp, recebe é a de que eles não conseguiriam incluir estudantes com perfil socioeconômico muito diferente daqueles que já seriam aprovados no exame do vestibular, independentemente de sua ação.

O objetivo do presente trabalho é justamente o de aprofundar o conhecimento de alguns indicadores do Inclusp, com vistas a melhor responder à questão fundamental: quem o programa tem contribuído para incluir na USP? Mais especificamente, examinaremos, à guisa de resultados do Inclusp, alguns dados socioeconômicos de estudantes que ingressaram na USP por essa via⁵.

apenas o ensino médio em escolas públicas (integrariam o Inclusp). Para os primeiros, o bônus poderia chegar a até 15%, a depender do desempenho no exame do vestibular; para os segundos, esse valor seria de, no máximo, 8%. Como os dados analisados neste trabalho são anteriores a essa modificação, nos referiremos, ao longo do texto, apenas ao bônus concedido pelo Inclusp.

4- Para saber mais a respeito do Paais, ver Tessler (2008).

5- Apesar de sua importância, a questão da cor dos ingressantes na USP oriundos de escola pública não pôde ser abordada nos limites deste trabalho. A esse respeito, consultar Guimarães (2007) e Aguiar, Silva e Piotto (2014).

Os egressos da escola pública na USP e o Inclusp

A presença de estudantes oriundos de EP na USP, ao longo dos últimos anos, pode ser dimensionada a partir do exame de três tabelas que foram construídas com base em dados emanados da Fuvest e do trabalho de Matos et al. (2012), autores que compuseram a equipe responsável pela implantação do Inclusp na gestão 2006-2009 da Pró-Reitoria de Graduação da USP (PRG/USP). Este último trabalho constitui uma das poucas fontes de dados divulgados sobre o programa.

Assim, para a construção da Tabela 1, utilizamos o número total de inscritos, presente em Matos et al. (2012), e o número total de alunos matriculados, disponível no sítio da

Fuvest, e calculamos a taxa geral de aprovação. Para a elaboração da Tabela 2, valemo-nos do percentual de inscritos da rede pública e o número total de inscritos, disponíveis em Matos et al. (2012), e calculamos os demais valores para inscritos da rede privada. Para a construção da Tabela 3, utilizamos os percentuais de estudantes de EP aprovados, disponíveis em Matos et al. (2012), o número total de alunos aprovados, disponível no sítio da Fuvest, e calculamos as taxas de aprovação para cada rede de ensino.

A Tabela 1 apresenta a taxa geral de aprovação no vestibular da Fuvest. Para o cálculo desse índice utilizamos o número total de alunos matriculados após a última chamada, pois as matrículas novas na USP podem ocorrer após até cinco chamadas.

Tabela 1 – Número total de alunos inscritos, de alunos matriculados após a última chamada e taxa geral de aprovação na USP – 2005-2010

Ano	Total de inscritos	Total de alunos matriculados	Taxa geral de aprovação (%)
2005	136.789	11.223	8
2006	152.927	11.603	7
2007	125.998	11.474	9
2008	123.476	11.281	9
2009	122.472	11.271	9
2010	113.793	11.345	10

Fonte: Fuvest; Matos et al. (2012).

A Tabela 2 mostra dados relativos às inscrições no vestibular da Fuvest, discriminando o número absoluto e o relativo de alunos inscritos oriundos de escolas públicas e particulares. E a Tabela 3 apresenta dados relativos à aprovação no vestibular segundo a escola de origem dos candidatos.

Observando a Tabela 1, nota-se a diminuição do número total de inscritos no vestibular da Fuvest, que passou de 136.789 em 2005 para 113.793 em 2010. Em contrapartida, observa-se, no mesmo período, um aumento do número total de alunos aprovados. Com a diminuição dos inscritos e o aumento do número

de vagas⁶, observa-se, conseqüentemente, um aumento na taxa geral de aprovação, que, de 8% em 2005, passou para 10% em 2010. Ou seja, embora ainda altamente seletivo, o vestibular da Fuvest tornou-se dois pontos percentuais mais permeável.

Já em relação à diminuição do número total de inscritos, com base na Tabela 2, é possível verificar que ela se deve à diminuição da inscrição dos estudantes oriundos de EP: esses alunos, que somavam 57.574 em 2005 (representando 42% dos inscritos), decresceram,

6- Esse aumento de vagas oferecidas pela USP deve-se a um período de recente expansão pelo qual passou a universidade.

Tabela 2 – Número total e percentual de alunos inscritos no vestibular da Fuvest segundo o tipo de escola em que o aluno cursou o ensino médio – 2005-2010

Ano	Inscritos da rede privada		Inscritos da rede pública		Total Inscritos
	Nº total	%	Nº total	%	
2005	79.215	57,9	57.574	42,1	136.789
2006	83.927	54,9	69.000	45,1	152.927
2007	76.834	60,9	49.164	39,0	125.998
2008	80.259	65,0	43.217	35,0	123.476
2009	81.873	66,8	40.599	33,1	122.472
2010	83.524	73,4	30.269	26,6	113.793

Fonte: Matos et al. (2012).

Notas: O traço em negrito destaca o ano de 2007, – início de vigência do Inclusp.

Tabela 3 – Número total, percentual (entre parênteses) e taxa de aprovação no vestibular da Fuvest segundo o tipo de escola em que o aluno cursou o ensino médio – 2005-2010

Ano	Aprovados da rede privada		Aprovados da rede pública		Total de aprovados
	Nº total	Taxa de aprovação (%)	Nº total	Taxa de aprovação (%)	
2005	8.227 (73,3%)	9,0	2.996 (26,7%)	5,0	11.223
2006	8.737 (75,3%)	10,0	2.866 (24,7%)	4,0	11.603
2007	8.411 (73,3%)	11,0	3.063 (26,7%)	6,0	11.474
2008	8.315 (73,7%)	10,0	2.966 (26,3%)	7,0	11.281
2009	7.879 (69,9%)	9,6	3.392 (30,1%)	8,0	11.271
2010	8.441 (73,4%)	10,0	2.904 (25,6%)	9,5	11.345

Fonte: Fuvest; Matos et al. (2012).

Notas: O traço em negrito destaca o ano de 2007, – início de vigência do Inclusp.

em 2010, para 30.269 (26%); enquanto o número de inscritos da rede privada elevou-se de 79.215 (57%) para 83.524 (73%). Ora, quando se sabe que a rede privada de ensino fornece, a cada ano, apenas 20% do total geral de concluintes do ensino médio (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007), torna-se evidente a importância do fenômeno da “autoeliminação” que se abate com força sobre os egressos da EP em relação à USP. Mas, se a Tabela 2 demonstra que o número e a proporção de alunos inscritos no vestibular da Fuvest que cursaram o ensino médio em EP vêm decrescendo, sua taxa de aprovação vem aumentando, passando de 5%, em 2005, para 9,5%, em 2010, proporção bem próxima da taxa de aprovação dos alunos provenientes da rede particular (que não sofreu grande alteração, permanecendo em torno

de 10%) e próxima também da taxa geral de aprovação no vestibular da Fuvest (cf. Tabela 1). Apesar disso, seu contingente, em valores absolutos, mantém-se muito aquém de seus pares egressos da rede privada de ensino, a qual, como acabamos de ver, responde por uma nítida minoria da população escolarizada no ensino médio.

Se de 2005 para 2006, conforme a Tabela 3, essa taxa diminuiu um ponto percentual, indo de 5% para 4%, no ano de 2007 esse índice subiu dois pontos percentuais, totalizando 6% de aprovados dentre os estudantes inscritos que cursaram integralmente o ensino médio em EP. Após 2007, primeiro ano de vigência do Inclusp, essa taxa tem subido pelo menos um ponto percentual a cada ano, chegando, como vimos, a 9,5% em 2010 (cf. Tabela 3).

Segundo análise do impacto do Inclsup no perfil dos ingressantes na USP realizada por Pimenta et al. (2008), a porcentagem de 26,7%, em 2007, e 26,3%, em 2008, representa uma contenção da tendência de queda no número de alunos provindos de EP desde 2006, quando esses alunos representavam 24,7% do total de matriculados. Com o aumento do bônus em 2009 (que passou a poder totalizar 12%, a depender das notas do Enem e do Pasusp), a taxa de aprovação de alunos egressos de EP cresceu 12,7%, resultando na maior participação de estudantes formados na rede pública de ensino médio desde 2001 (29,3%) (AUMENTA..., 2009)⁷.

A diminuição do número de inscritos da rede pública de ensino no vestibular da Fuvest ao longo dos anos do período aqui analisado é algo digno de nota. Com a implementação de um programa visando ao aumento de estudantes com esta proveniência escolar, poder-se-ia esperar um aumento na quantidade de candidatos oriundos de escolas públicas. Contudo, os dados apresentados mostram o contrário: conforme a Tabela 2, vemos que, a partir de 2006, quando o Inclsup foi criado, há um acentuado decréscimo do número de inscritos egressos da rede pública de ensino, embora, como acabamos de ver, segundo Pimenta et al. (2008), o programa tenha contribuído para conter a tendência de queda do número de aprovados egressos de EP. A esse respeito, é importante assinalar que a diminuição de candidatos oriundos de escolas públicas ocorreu em um contexto de ampliação de vagas no ensino superior, tanto privado, com a criação, por exemplo, do Programa Universidade para Todos (Prouni)⁸, quanto público, com a criação de novas instituições federais de ensino superior e

ampliação de vagas naquelas já existentes. Essa, aliás, tem sido, de um modo geral, a explicação dada a esse fenômeno. Contudo, em que pese a coerência do argumento, a diminuição no número de candidatos das escolas públicas aqui apontado, dada a sua relevância, mereceria ser objeto de novos estudos.

Outro dado a ser destacado e que também mereceria ser mais bem estudado é o fato de que, muito embora o número de inscritos provenientes de escolas públicas tenha diminuído no período considerado, indo de 69 mil em 2006 até um mínimo de trinta mil em 2010 (cf. Tabela 2), o número de aprovados com essa proveniência variou muito menos, ficando em torno de três mil em todos os anos considerados (cf. Tabela 3). As razões para essa invariância necessitariam ser mais bem investigadas.

Como vimos, apesar da diminuição do número de inscritos no vestibular da Fuvest provenientes de EP, a taxa de aprovação desses estudantes aumentou após a adoção do Inclsup. No entanto, resta saber se, de fato, tal aumento pode ser atribuído diretamente a esse sistema de bonificação.

A Tabela 4 apresenta o número de estudantes oriundos de EP para os quais o benefício do bônus concedido pelo Inclsup foi determinante para o ingresso na USP. Esse número foi obtido em Matos et al. (2012), e as demais informações foram calculadas por nós com base nos dados das tabelas anteriormente apresentadas⁹.

Com base na Tabela 4, observa-se que a quantidade de alunos de EP para os quais o bônus foi determinante para o ingresso na USP aumentou desde a implantação do Inclsup, em 2007, tendo o percentual desses alunos mais do que dobrado em apenas três anos. Isso está em consonância com o apresentado na Tabela 3, que mostra a elevação da taxa de aprovação entre estudantes de EP no vestibular da

7- Em 2011, o percentual de estudantes oriundos de EP ingressantes na USP foi 25,84% e em 2012 chegou a 28,03% (AUMENTOU..., 2012; MAIS..., 2012).

8- Criado em 2004, esse programa federal oferece vagas em universidades, faculdades isoladas e centros universitários privados em troca de isenções fiscais, disponibilizando bolsas de estudos integrais e parciais (50%) a alunos que comprovem a insuficiência de recursos financeiros e que tenham tido um bom desempenho no Enem – Exame Nacional do Ensino Médio. Para uma discussão crítica a respeito do Prouni, ver, por exemplo, Almeida (2014), Catani, Hey e Gilloli (2006), Carvalho (2006).

9- Limitamos a análise ao período 2007 – 2010 porque os dados disponíveis sobre o número de estudantes que se valeram do bônus para ingressar na USP somente pôde ser obtido em Matos et al. (2012). Conforme já apontado, este constitui o único trabalho divulgado com esse tipo de dado sobre o programa, realizando sua análise até o ano 2010, período em que os autores estiveram na gestão da PRG/USP.

Tabela 4 – Número total de alunos oriundos da rede pública aprovados no vestibular da Fuvest, número total e porcentagem de alunos para os quais o bônus foi determinante para o ingresso na USP (considerando-se o total de matriculados após todas as chamadas) – 2007-2010

Ano	Aprovados rede pública	Bônus determinante para ingresso (1)	% alunos / bônus determinante
2007	3.063	358	11,6%
2008	2.966	478	16,0%
2009	3.392	953	28,0%
2010	2.904	(2) 559	(2) 19,0%

Fonte: Fuvest; Matos et al. (2012)

Notas: 1- Informação obtida em Matos et al. (2012). 2- Os dados de 2010 referem-se apenas àqueles alunos convocados para matrícula na primeira lista de chamada do vestibular. Após a conclusão de todas as chamadas, muito provavelmente esse número tenha crescido. No entanto, não foi possível o acesso a esse dado.

Fuvest. Assim, uma das explicações para esse crescimento pode ser justamente o sistema de pontuação acrescida, instituído pelo Inlusp, o que adquire importância central na discussão sobre a temática da inclusão social na USP. Se os dados apresentados anteriormente mostravam que o número de estudantes egressos de EP inscritos no vestibular da Fuvest diminuiu, esses estudantes têm, contudo, obtido uma taxa de aprovação mais elevada, coincidindo com a implantação do Inlusp, o que levaria a uma associação entre esses dois fenômenos.

Não obstante esses resultados positivos, de forma geral, dentre o conjunto dos egressos de EP, a proporção de alunos beneficiados com o bônus é reduzida, alcançando o máximo de 28% em 2009 (ver Tabela 4). É lícito, portanto, afirmar que a maior parte dos estudantes oriundos da rede pública de ensino que ingressa na USP (mais de 70% em 2009) o faz a despeito do sistema de bonificação concedido pelo Inlusp.

Se considerarmos o total geral de ingressantes, o índice daqueles para os quais o ingresso na USP deveu-se ao bônus concedido é ainda menor. Tomando-se o ano de 2009, quando a taxa de aprovados da rede pública (29,3%) foi a maior desde 2001 (AUMENTA..., 2009), do total de 11.271 aprovados, 953 precisaram do bônus para ingressar na USP, o que representa 8% do universo total de matriculados. Para 2008, –ano de referência

para a seleção dos cursos focalizados neste trabalho, esse índice é ainda mais baixo: 4% do total de ingressantes necessitaram do bônus ofertado pelo Inlusp para ingressar na universidade (478 sobre 11.281).

Tal realidade, contudo, não parece ser exclusividade da USP. A título de comparação, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que também adotava (antes da Lei nº 12.711/2012, que instituiu o sistema de cotas nas universidades federais) sistema de bonificação, a proporção de alunos que dependeram do bônus para ingressar na universidade foi 11,4%, no período de 2009 a 2010 (PEIXOTO; BRAGA, 2012).

Tanto os dados da USP quanto da UFMG estão em consonância com o discutido por Daflon, Feres Júnior e Campos (2014). Procurando investigar a hipótese segundo a qual universidades de maior tradição e com melhor desempenho em avaliações nacionais apresentariam maior reticência em relação a programas de ações afirmativas, os autores cruzaram o conceito obtido nessas avaliações por universidades públicas que adotavam algum tipo de ação afirmativa com dados sobre a proporção de vagas reservadas. Como resultado, encontraram que o percentual de vagas reservadas por políticas de ações afirmativas decresce à medida que o conceito da universidade se eleva. Com base nisso, afirmam que:

Em síntese, embora algumas das universidades de mais prestígio adotem programas de ação afirmativa, elas parecem abraçar com menos entusiasmo as metas de inclusão, estipulando cotas mais reduzidas ou optando pelo sistema de bonificação no vestibular que [...] tem resultados modestos. (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2014, p. 321).

Analisando especificamente os resultados obtidos pelos sistemas de bonificação da USP e da Unicamp, considerados pelos autores como “tímidos”, eles também afirmam que¹⁰:

Os casos da USP e da Unicamp demonstram que o sistema de vantagem adicional pode redundar em fracasso caso não sejam estipuladas metas efetivas de inclusão como base de cálculo da magnitude do bônus. (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2014, p. 320).

No caso da USP, mostramos que a maior parte dos estudantes de EP que nela ingressam o fazem a despeito do Inclusp, ou seja, que o percentual geral dos que precisam do bônus para ser aprovados no vestibular é pequeno. Mas, como vimos, esse fenômeno não parece ser dissonante do que ocorre em outras universidades públicas semelhantes. Resta saber, então, se os estudantes que devem seu ingresso na USP ao sistema de pontuação acrescida possuem um perfil socioeconômico diferente de seus demais colegas.

Os cursos selecionados: perfil socioeconômico dos estudantes

Para saber se o perfil socioeconômico dos estudantes que ingressaram na USP via Inclusp é diferente dos demais estudantes, procederemos a uma comparação entre o perfil socioeconômico

10- No caso da USP, os autores referem-se ao aumento de 3,2% para 3,6% no número total de matriculados egressos de escolas públicas entre os anos de 2007 e 2008.

do conjunto dos estudantes da USP, o daqueles oriundos de EP¹¹, mas que não se valeram do bônus para ingressar na universidade (não bonistas), e o daqueles que nela ingressaram por meio do bônus concedido pelo Inclusp (bonistas), dos três cursos mais e menos concorridos nos *campi* de São Paulo e Ribeirão Preto, no ano de 2008, perfazendo um total de 12 cursos. Em São Paulo, os três cursos mais concorridos foram (em ordem decrescente de concorrência): jornalismo, publicidade e propaganda e relações internacionais; e os três menos: ciências da atividade física, ciências da natureza e música. Para o *campus* de Ribeirão Preto, os cursos mais concorridos foram: medicina, psicologia e direito; e os menos concorridos foram: licenciatura em enfermagem, matemática aplicada a negócios e música¹².

O referido perfil socioeconômico estará baseado nas seguintes informações dos estudantes matriculados após a última chamada em um dos cursos: rede de ensino onde o estudante cursou o ensino fundamental e médio, ramo do ensino médio cursado, grau de instrução do pai e renda familiar mensal. As Tabelas 5 a 8 contêm um resumo das informações socioeconômicas, considerando-se o dado predominante para cada tipo de informação no ano de 2008. Assim, nas tabelas constam os dados cuja ocorrência foi predominante para cada informação considerada dos cursos analisados, estando a porcentagem dessa ocorrência assinalada entre parênteses. Essas informações foram obtidas no sítio da Fuvest e são provenientes de questionários socioeconômicos respondidos por todos os candidatos e entregues no ato da inscrição para o exame do vestibular. Para a

11- Por oriundos de EP, entendemos aqui, em consonância com o definido no Inclusp, estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública.

12- As informações socioeconômicas que serão analisadas referem-se a 2008 porque, neste ano, tivemos acesso a dados pessoais de todos os estudantes egressos de escolas públicas dos doze cursos aqui enfocados. Este acesso ocorreu em função da realização de uma pesquisa de cunho qualitativo coordenada pelos autores (PIOTTO; NOGUEIRA, 2013). Em que pese o tempo transcorrido desde então, a utilização desses dados justifica-se pela dificuldade em se ter acesso a esse tipo de informação (ver, por exemplo, o trabalho de Tarábola, 2010).

elaboração das tabelas, valemo-nos da mesma nomenclatura utilizada nesse questionário. Por exemplo, o dado relativo ao tipo de ensino médio cursado foi obtido a partir da tabulação, disponível no sítio, das respostas à questão: “Que tipo de ensino médio você realizou?”, para a qual havia as seguintes alternativas: “1) ensino médio comum; 2) curso técnico (industrial, eletrônica, química etc.); 3) curso para magistério (antigo normal); 4) educação de jovens e adultos (antigo supletivo ou madureza) presencial ou à distância; 5) outro”. Assim, a designação “ensino médio comum” refere-se ao ensino propedêutico, em contraposição, fundamentalmente, aos ramos técnicos e profissionalizantes desse nível do ensino. Também as informações sobre o rendimento provêm da tabulação,

disponível no sítio da Fuvest, das respostas à questão: “Qual é a sua faixa de renda mensal (em salários mínimos)?”, para a qual havia as seguintes alternativas: “a) Inferior a um salário mínimo; b) Entre um e dois salários mínimos; c) Entre dois e três salários mínimos; d) Entre três e cinco salários mínimos; e) Entre cinco e sete salários mínimos; f) Entre sete e dez salários mínimos; g) Entre dez e quatorze salários mínimos; h) Entre quatorze e vinte salários mínimos; i) Acima de vinte salários mínimos”. No caso da informação relativa ao rendimento familiar, para os cursos menos concorridos, somamos duas faixas de renda, em função da grande dispersão encontrada para esse dado. (Informamos os percentuais das faixas de renda somadas, quando isso foi necessário¹³.)

Tabela 5 – Ocorrência predominante de respostas, por parte de alunos ingressantes na USP (campi da cidade de São Paulo) nos três cursos mais concorridos, às questões sobre rede de ensino onde foram realizados o ensino fundamental e médio, ramo do ensino médio cursado, grau de instrução do pai e renda familiar mensal (em salários mínimos) – 2008

Cursos com maior concorrência - Campi São Paulo			
Cursos/ Informações	Jornalismo	Publicidade e propaganda	Relações internacionais
Ensino fundamental	Só em escola particular (71,2%)	Só em escola particular (66,0%)	Só em escola particular (76,7%)
Ensino médio	Só em escola particular (74,6%)	Só em escola particular (66,0%)	Só em escola particular (73,3%)
Ramo de ensino médio	Comum (91,5%)	Comum (98,0%)	Comum (95,0%)
Grau de instrução pai	Universitário completo (55,3%)	Universitário completo (55,1%)	Universitário completo (50,8%)
Renda familiar mensal (em salários mínimos)	Entre 10 e 20 (43,7%)	Entre 7 e 14 (48,0%)	Entre 10 e 20 (45,6%)

Fonte: Fuvest.

Nota: Valor do salário mínimo em 2008 = R\$415,00.

Tabela 6 – Ocorrência predominante de respostas, por parte de alunos ingressantes na USP (campus de Ribeirão Preto) nos três cursos mais concorridos, às questões sobre rede de ensino onde foram realizados o ensino fundamental e médio, ramo do ensino médio cursado, grau de instrução do pai e renda familiar mensal (em salários mínimos) – 2008

Cursos com maior concorrência - Campus Ribeirão Preto			
Cursos/ Informações	Medicina e ciências médicas	Psicologia	Direito
Ensino fundamental	Só em escola particular (77,0%)	Só em escola particular (75,0%)	Só em escola particular (78,8%)
Ensino médio	Só em escola particular (89,0%)	Só em escola particular (92,5%)	Só em escola particular (80,0%)
Ramo de ensino médio	Comum (98,0%)	Comum (100,0%)	Comum (96,0%)
Grau de instrução pai	Universitário completo (60,2%)	Universitário completo (60,0%)	Universitário completo (62,6%)
Renda familiar mensal (em salários mínimos)	Entre 14 e 20 (41,8%)	Entre 7 e 14 (37,5%)	Entre 14 e 20 (49,0%)

Fonte: Fuvest.

Notas: Valor do salário mínimo em 2008 = R\$415,00.

13- O procedimento de agrupar duas categorias também foi necessário para a informação da escolaridade do pai, mas apenas para os cursos de licenciatura em enfermagem e música do campus de Ribeirão Preto.

De acordo com as Tabelas 5 e 6, os perfis socioeconômicos para os cursos mais concorridos são semelhantes, quer esteja o curso localizado na cidade de São Paulo ou em Ribeirão Preto: a maior parte dos estudantes frequentou a escola privada, cursou o ensino médio comum (propedêutico) e tem pai diplomado no ensino superior. Já em relação à renda, as informações

variam entre os *campi*, sendo que os estudantes dos cursos de medicina e direito localizados em Ribeirão Preto são os que possuem renda familiar mensal mais alta, na faixa entre quatorze e vinte salários mínimos.

As Tabelas 7 e 8 resumem as informações socioeconômicas para os cursos menos concorridos dos *campi* de São Paulo e Ribeirão Preto.

Tabela 7 – Ocorrência predominante de respostas, por parte de alunos ingressantes na USP (*campi* da cidade de São Paulo) nos três cursos menos concorridos, às questões sobre rede de ensino onde foram realizados o ensino fundamental e médio, ramo do ensino médio cursado, grau de instrução do pai e renda familiar mensal (em salários mínimos) – 2008

Cursos com menor concorrência - <i>Campi</i> São Paulo			
Cursos/Informações	Ciências da atividade física	Ciências da natureza	Música
Ensino fundamental	Só em escola particular (40,7%)	Só em escola pública (75,4%)	Só em escola pública (42,9%)
Ensino médio	Só em escola particular (54,2%)	Só em escola pública (68,7%)	Só em escola particular (54,3%)
Ramo de ensino médio	Comum (89,8%)	Comum (81,7%)	Comum (91,4%)
Grau de instrução pai	Universitário completo (32,7%)	Ensino fundamental incompleto (37,7%)	Universitário completo (42,9%)
Renda familiar mensal (em salários mínimos)	Entre 2 e 5 (39%) (1)	Entre 1 e 3 (55,8%) (2)	Entre 3 e 7 (44,1%) (3)

Fonte: Fuvest.

Notas: Valor do salário mínimo em 2008 = R\$415,00.

(1) Valor obtido a partir da soma de duas faixas de renda: entre dois e três (15,3%) e entre três e cinco salários mínimos (23,7%). (2) Valor obtido a partir da soma de duas faixas de renda: entre um e dois (31%) e entre dois e três salários mínimos (24,8%). (3) Valor obtido a partir da soma de duas faixas de renda: entre três e cinco (23,5%) e entre cinco e sete salários mínimos (20,6%).

Tabela 8 – Ocorrência predominante de respostas, por parte de alunos ingressantes na USP (*campus* de Ribeirão Preto) nos três cursos menos concorridos, às questões sobre rede de ensino onde foram realizados o ensino fundamental e médio, ramo do ensino médio cursado, grau de instrução do pai e renda familiar mensal (em salários mínimos) – 2008

Cursos com menor concorrência - <i>Campus</i> Ribeirão Preto			
Cursos/Informações	Licenciatura em enfermagem	Matemática aplicada a negócios	Música
Ensino fundamental	Só em escola pública (70%)	Só em escola particular (60%)	Só em escola pública (70%)
Ensino médio	Só em escola pública (66%)	Só em escola particular (71,1%)	Só em escola pública (56,7%)
Ramo de ensino médio	Comum (94%)	Comum (95,6%)	Comum (90%)
Grau de instrução pai	Ensino fundamental incompleto (44,9%) (1)	Universitário completo (46,7%)	Ensino fundamental incompleto (34,5%) (2)
Renda familiar mensal (em salários mínimos)	Entre 2 e 5 (58%) (3)	Entre 2 e 5 (33,3%) (4)	Entre 2 e 5 (50%) (5)

Fonte: Fuvest.

Notas: Valor do salário mínimo em 2008 = R\$415,00.

(1) Valor obtido a partir da soma de dois níveis de escolaridade: "Iniciou o ensino fundamental, mas abandonou entre a 1ª e a 4ª série" (28,6%) e "Iniciou o ensino fundamental, mas abandonou entre a 5ª e a 8ª série" (16,3%). (2) Valor obtido a partir da soma de dois níveis de escolaridade: "Iniciou o ensino fundamental, mas abandonou entre a 1ª e a 4ª série" (20,7%) e "Iniciou o ensino fundamental, mas abandonou entre a 5ª e a 8ª série" (13,8%). (3) Valor obtido a partir da soma de duas faixas de renda: entre dois e três (26%) e entre três e cinco salários mínimos (32%). (4) Valor obtido a partir da soma de duas faixas de renda: entre dois e três (8,9%) e entre três e cinco salários mínimos (24,4%). (5) Valor obtido a partir da soma de duas faixas de renda: entre dois e três (26,7%) e entre três e cinco salários mínimos (23,3%).

As Tabelas 7 e 8 evidenciam que para os cursos menos concorridos o perfil socioeconômico é menos homogêneo.

No caso dos *campi* da cidade de São Paulo, os cursos de ciência da atividade física e música aproximam-se de algumas das características observadas para os cursos concorridos (com exceção da renda familiar), na medida em que a maior parte dos estudantes desses cursos realizaram a educação básica em escolas particulares (com exceção dos estudantes de música que realizaram ensino fundamental em EP) e cursaram o ensino médio comum (propedêutico). Em relação ao grau de instrução dos pais, 43% dos estudantes do curso de música possuem pais com ensino superior, enquanto para o curso de ciências da atividade física essa porcentagem é de 33%. Já o perfil socioeconômico dos estudantes do curso de ciências da natureza apresenta características distintas: educação básica cursada em EP e pais que não completaram o ensino fundamental. No tocante ao rendimento familiar, os estudantes dos cursos menos concorridos localizados na cidade de São Paulo são provenientes de famílias com faixas de renda bastante inferiores em relação às dos estudantes dos cursos mais concorridos, variando entre um e três a três e sete salários mínimos.

No *campus* de Ribeirão Preto, os cursos de licenciatura em enfermagem e música reúnem estudantes com perfil socioeconômico parecido: educação básica cursada em EP e pais com ensino fundamental incompleto. Já o perfil socioeconômico predominante no curso de matemática aplicada a negócios está mais próximo ao dos cursos concorridos (educação básica cursada integralmente em escolas particulares e pais com ensino superior completo). Todavia, os estudantes dos três cursos menos concorridos localizados no *campus* de Ribeirão Preto assemelham-se em relação à renda familiar mensal, já que esta varia entre dois e cinco salários mínimos para grande parte deles. Observa-se, no entanto, mais uma vez um diferencial em relação ao curso de matemática aplicada a negócios, já

que neste caso a faixa de dois e cinco salários mínimos corresponde ao rendimento familiar de apenas 33,3% dos estudantes, indicando existir maior variação entre os estudantes desse curso no tocante à renda familiar.

Considerando-se as Tabelas 5 a 8, vemos que, com exceção dos cursos de ciências da natureza (*campi* da cidade de São Paulo), licenciatura em enfermagem e música (*campus* Ribeirão Preto), os estudantes dos demais cursos apresentam, de forma geral, perfis próximos no tocante à escolarização: a maior parte deles cursou toda a educação básica (ou parte dela) na rede privada de ensino e seus pais alcançaram o ensino superior. A renda parece ser, portanto, a característica que mais distingue os estudantes dos cursos analisados entre si e entre os próprios cursos.

Diante desse quadro, resta saber se os estudantes que devem seu ingresso na USP ao sistema de pontuação acrescida do Inlusp possuem um perfil socioeconômico que se afasta do padrão predominante em cada um dos cursos aqui considerados.

Os ingressantes via Inlusp: características socioeconômicas

Para saber se os estudantes que devem seu ingresso na USP ao sistema de pontuação acrescida possuem um perfil socioeconômico diferente do padrão predominante em cada um dos cursos aqui considerados, é necessário proceder a uma comparação entre os estudantes oriundos de EP que se valeram do bônus para ingressar na USP (bonistas) e aqueles que não o fizeram (não bonistas).

As Tabelas 9 e 10 apresentam o número de bonistas, não bonistas e o total de estudantes provenientes de EP para cada um dos cursos selecionados. O número de bonistas refere-se aos estudantes convocados para a matrícula, devido ao bônus, na primeira chamada¹⁴.

14- Esse foi o dado que nos foi fornecido pela Pró-Reitoria de Graduação da USP e, não obstante nossos esforços, o único ao qual foi possível ter acesso. Importante lembrar, no entanto, que as matrículas novas na USP podem ocorrer após até cinco chamadas, o que pode trazer alterações no número de estudantes bonistas, possivelmente aumentando-o. Embora cientes desse limite, consideramos que a presente análise aponta aspectos importantes.

Tabela 9 – Número total de vagas, número de alunos bonistas, número de alunos não bonistas e número total de alunos oriundos de escolas públicas (EP) segundo os cursos dos *campi* da USP da cidade de São Paulo – 2008

Curso	Vagas	Nº bonistas	Nº não bonistas	Nº total alunos EP
Jornalismo	60	03	09	12
Publicidade e propaganda	50	01	13	14
Relações internacionais	60	02	11	13
Ciências da atividade física	60	03	18	21
Ciências da natureza	120	03	80	83
Música	35	01	13	14
Total	385	13	144	157

Fonte: Fuvest; PRG/USP.

Nota: O traço em negrito separa os cursos mais e menos concorridos.

Tabela 10 – Número total de vagas, número de alunos bonistas, número de alunos não bonistas e número total de alunos oriundos de escolas públicas (EP) segundo os cursos do *campus* da USP de Ribeirão Preto – 2008

Curso	Vagas	Nº bonistas	Nº não bonistas	Nº total alunos EP
Medicina e ciências médicas	100	02	01	03
Psicologia	40	-	03	03
Direito	100	04	06	10
Licenciatura em enfermagem	50	03	24	27
Matemática apl. a negócios	45	01	10	11
Música	30	01	19	20
Total	365	11	63	74

Fonte: Fuvest; PRG/USP.

Nota: O traço em negrito separa os cursos mais e menos concorridos.

Em relação ao número de estudantes oriundos de EP, percebe-se, como tendência geral, uma relação inversamente proporcional, ou seja, quanto mais concorrido o curso, menor é a taxa de alunos provenientes da rede pública entre seus matriculados, indicando seu grau de seletividade. Os cursos menos concorridos se mostram mais permeáveis a alunos de EP.

De forma geral, a proporção de alunos egressos da rede pública de ensino nos cursos focalizados é baixa, em consonância com os dados já apresentados para toda a USP. Exceções são os cursos de ciências da natureza e de música no *campus* de Ribeirão Preto.

Já em relação ao número de estudantes que devem seu ingresso ao bônus concedido pelo

Inclusp, observamos que os índices mais altos encontram-se nos cursos mais concorridos. Ou seja, é neles que, proporcionalmente, o sistema de bonificação mais contribuiu para aumentar o número de egressos de EP. Nesses cursos, em que a concorrência é altíssima, a concessão de alguns pontos a mais parece fazer grande diferença, em consonância com o que já foi apontado por Pimenta et al. (2008), o que mostra que o Inclusp, de forma geral, contribui especialmente para o aumento de egressos da rede pública de ensino nos cursos mais altamente seletivos da universidade. Mas, se a proporção de egressos da rede pública é baixa para os cursos em geral, e é ainda menor quando se trata dos cursos concorridos, mesmo com o auxílio representado pelo bônus, chama a

atenção a diferença na taxa de ingressantes de EP entre os *campi* de São Paulo e Ribeirão Preto.

Com base nas Tabelas 9 e 10, observamos que na cidade de São Paulo o percentual médio de estudantes de EP é de 41%, ao passo que em Ribeirão Preto é de 20%. No curso mais concorrido de São Paulo – jornalismo –, o percentual de estudantes de EP é de 20%, no curso de relações internacionais é de 22% e no de publicidade e propaganda é de 28%. Essas proporções contrastam com as existentes nos cursos mais concorridos no *campus* de Ribeirão Preto: 10% no curso de direito, 7,5% no de psicologia e 3% no curso de medicina.

Para conhecer o tipo de EP de onde os estudantes provinham, construímos as Tabelas 11 e 12. Como explicitamos anteriormente, também aqui utilizamos a mesma nomenclatura adotada pela PRG/USP. Assim, em relação ao tipo de EP frequentada pelos estudantes no ensino médio, as alternativas apresentadas são: “Estadual Técnica do Estado de São Paulo; Federal Técnica do Estado de São Paulo; Estadual de Ensino Médio Regular do Estado de São Paulo; Municipal do Estado de São Paulo e Pública de outro Estado”. Neste caso, a referência a “escola de ensino médio regular” contrapõe-se às escolas de ensino médio técnico (federais ou estaduais).

Tabela 11 – Tipo de escola pública (“Estadual Técnica do Estado de São Paulo; Federal Técnica do Estado de São Paulo; Estadual de Ensino Médio Regular do Estado de São Paulo; Municipal do Estado de São Paulo ou Pública de outro Estado”) em que os alunos da USP dos *campi* da cidade de São Paulo, divididos por curso, cursaram o ensino médio – 2008

Cursos / Tipos Escolas	Estadual técnica	Federal técnica	Ensino médio regular	Municipal	Pública outro estado	Total
Jornalismo	5	4	3	-	-	12
Publicidade e propaganda	4	7	3	-	-	14
Relações internacionais	3	7	2	-	1	13
Ciências da ativ. física	3	-	17	-	1	21
Ciências da natureza	1	-	77	1	4	83
Música	5	1	7	-	1	14

Fonte: PRG/USP.

Tabela 12 – Tipo de escola pública (“Estadual Técnica do Estado de São Paulo; Federal Técnica do Estado de São Paulo; Estadual de Ensino Médio Regular do Estado de São Paulo; Municipal do Estado de São Paulo ou Pública de outro Estado”) em que os alunos da USP do *campus* Ribeirão Preto, divididos por curso, cursaram o ensino médio – 2008

Cursos / Tipos Escolas	Estadual técnica	Federal técnica	Ensino médio regular	Municipal	Pública outro estado	Total
Medicina	-	-	1	1	1	3
Psicologia	-	-	3	-	-	3
Direito	1	3	5	1	-	10
Lic. em enfermagem	4	-	21	2	-	27
Mat. apl. Negócios	6	5	-	-	-	11
Música	1	-	14	5	-	20

Fonte: PRG/USP.

A maioria das EP de onde provêm os estudantes dos cursos mais concorridos dos *campi* de São Paulo correspondem a escolas técnicas (federais ou estaduais). A título de ilustração, dos doze estudantes de jornalismo oriundos de EP, nove cursaram escolas técnicas: quatro deles o fizeram no Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (Cefet), três no Colégio Técnico de Campinas (ligado à Unicamp) e dois em escolas técnicas estaduais (ETEs)¹⁵.

No estado de São Paulo, as escolas técnicas representam, de forma geral, instituições que oferecem ensino público considerado de mais elevada qualidade quando comparado àquele dispensado pelas escolas de “ensino médio regular”. Há de se ressaltar, todavia, que um componente importante de seu padrão de qualidade deriva da seleção rigorosa que operam, por meio de provas de ingresso – os chamados “vestibulinhos” – que são, em geral, muito concorridos¹⁶. Como no interior do estado esses nichos de “excelência” dentro da rede pública existem em número bem menor do que na capital, ou nem sequer existem, talvez resida aí o fator responsável por essa maior proporção de egressos da rede pública nos cursos mais concorridos de São Paulo¹⁷.

Matos et al. (2012) fornecem a distribuição dos ingressantes na USP oriundos da rede pública, segundo o tipo de escola cursada entre os anos de 2006 a 2009, demonstrando que grande parte deles provêm de escolas públicas de ensino médio regular e que a adoção do sistema de bonificação do Inclusp ampliou em 27,5% o número de estudantes oriundos desse tipo de escola. Para os autores, esse dado indicaria que o Inclusp beneficia igualmente a todos os estudantes de EP, contestando o “mito” de que os egressos de escolas técnicas seriam ainda mais favorecidos pelo bônus por estarem “supostamente” mais bem preparados para o vestibular.

15- Esses dados figuravam entre as informações pessoais dos estudantes às quais tivemos acesso, conforme informado anteriormente.

16- A esse respeito, ver Arco Netto (2011).

17- Na Região Administrativa de Ribeirão Preto, por exemplo, há apenas uma escola técnica federal (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *campus* Sertãozinho).

Sugerimos, no entanto, que esse resultado talvez sofresse nuances se uma análise por curso tivesse sido realizada pois, como vimos aqui, pelo menos em uma parcela dos cursos mais concorridos das localidades onde existem escolas técnicas estaduais e federais de alta reputação, há nítida predominância delas em relação à procedência dos egressos do ensino médio público. As análises de dados gerais da universidade parecem atenuar as desigualdades existentes entre os cursos da USP.

Nesse sentido, é preciso verificar se, nos cursos aqui focalizados, os estudantes que devem seu ingresso ao bônus concedido pelo Inclusp (bonistas) são também, e na mesma medida, provenientes de escolas técnicas.

Tabela 13 – Tipo de escola pública (“Estadual Técnica do Estado de São Paulo; Federal Técnica do Estado de São Paulo; Estadual de Ensino Médio Regular do Estado de São Paulo; Municipal do Estado de São Paulo ou Pública de outro Estado”) em que os bonistas da USP dos *campi* da cidade de São Paulo, divididos por curso, cursaram o ensino médio – 2008

Cursos / Tipos Escolas	Ensino médio regular	Estadual técnica	Federal técnica
Jornalismo	2	1	-
Publicidade e propaganda	1	-	-
Relações internacionais	-	1	1
Ciências da atividade física	3	-	-
Ciências da natureza	3	-	-
Música	1	-	-

Fonte: PRG/USP.

Nota: Elaboração das autoras.

Tabela 14 – Tipo de escola pública (“Estadual Técnica do Estado de São Paulo; Federal Técnica do Estado de São Paulo; Estadual de Ensino Médio Regular do Estado de São Paulo; Municipal do Estado de São Paulo ou Pública de outro Estado”) em que os bonistas da USP do campus de Ribeirão Preto, divididos por curso, cursaram o ensino médio – 2008

Cursos / Tipos Escolas	Ensino médio regular	Estadual técnica	Federal técnica
Medicina e ciências médicas	1	-	1
Psicologia	-	-	-
Direito	1	3	-
Lic. em enfermagem	3	-	-
Matemática apl. a negócios	1	-	-
Música	1	-	-

Fonte: PRG/USP.

Nota: Elaboração das autoras.

Com base nas Tabelas 13 e 14, verificamos que, considerando-se todos os cursos conjuntamente, a maior parte dos bonistas estudou em “escolas de ensino médio regular”.

Mas, tomando-se apenas os cursos concorridos em separado, tanto dos campi da cidade de São Paulo quanto de Ribeirão Preto, observa-se que a maior parte dos bonistas nesses cursos é proveniente de escolas técnicas (federais ou estaduais). Esse dado contrasta com as informações dos cursos menos concorridos, em que a totalidade dos estudantes bonistas frequentou “escolas de ensino médio regular”.

Assim, de forma geral, em relação ao tipo de ensino médio cursado, as informações concernentes aos estudantes que devem seu ingresso na USP ao bônus – os bonistas – são próximas às daquelas relativas aos demais estudantes oriundos de EP. Isto é, quando se analisa os dados dos cursos conjuntamente, observa-se que a maior parte dos bonistas estudou em escolas públicas de “ensino médio regular”. Mas, quando se considera apenas os cursos mais concorridos, percebe-se que nestes cursos a maior parte dos bonistas é proveniente de escolas técnicas.

A respeito da predominância de frequência das escolas técnicas nos cursos mais concorridos, é importante mencionar, também, o fato de essas escolas realizarem provas de ingresso altamente seletivas – os chamados ‘vestibulinhos’. Como mostrou Arco Netto (2011), em relação à Escola Técnica Federal de São Paulo, um público tão fortemente selecionado na entrada é seguramente mais suscetível à ação pedagógica da instituição que já é, ela mesma, diferenciada em relação à realidade das escolas públicas “comuns”. Por

tudo isso, a passagem por tais instituições de ensino eleva suas chances de aprovação em exames de ingresso futuros, construindo assim uma “engrenagem de sucesso”, como denomina Accardo (1997).

Contudo, em que pese essas informações, a predominância de estudantes provenientes de escolas públicas técnicas em cursos de alta seletividade não parece ser realidade exclusiva da USP. Exemplo disso é o fato de a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), nas cotas adotadas para estudantes oriundos de EP, excluir aqueles que frequentaram escolas públicas consideradas de elite (SOUZA, 2012).

Nessa mesma direção, Winther e Golgher (2010), ao analisarem fatores que influenciariam o desempenho de estudantes da região metropolitana de Belo Horizonte no Enem (tomado como um indicador da aprovação no vestibular para o ensino superior público), mostraram que estudantes oriundos de escolas federais de ensino médio tinham desempenho superior ao de outros estudantes de escolas públicas e também de escolas particulares. Mesmo quando os autores consideraram outras variáveis, como renda e escolaridade materna, o tipo de escola frequentada continuou a impactar de forma marcante o desempenho escolar dos estudantes.

Se o tipo de escola pública onde os estudantes cursaram o ensino médio não diferencia bonistas de não bonistas, resta conhecer os dados relativos ao nível de escolaridade do pai e à renda familiar. As Tabelas de 15 a 19 apresentam os dados relativos à escolarização paterna.

Tabela 15 – Número e porcentagem de estudantes bonistas (B) e não bonistas (NB) para os cursos da USP dos campi da cidade de São Paulo (jornalismo, publicidade e propaganda, relações internacionais, ciência da atividade física, ciência da natureza e música) segundo o nível de escolaridade dos pais – 2008

Nível escolaridade pai / Curso	Jornalismo		Publicidade e propaganda				Relações internacionais				Ciências da atividade física				Ciências da natureza				Música					
	B		NB		B		NB		B		NB		B		NB		B		NB					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Não frequentou escola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5,0	-	-	-	-		
Entre a 1ª e a 4ª série	1	33,3	-	-	1	100	-	-	-	-	1	9,1	1	33,3	5	27,8	1	33,3	29	36,3	-	-	1	7,7
Entre a 5ª e a 8ª série	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	2	18,2	-	-	3	16,7	-	-	8	10,0	-	-	1	7,7	
Ens. fundamental completo	-	-	1	11,1	-	-	1	7,7	-	-	1	9,1	-	-	2	11,1	-	-	1	1,3	-	-	3	23,1
Ensino médio incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	5,6	1	33,3	6	7,5	-	-	-	-
Ensino médio completo	-	-	3	33,3	-	-	2	15,4	-	-	3	27,3	1	33,3	4	22,2	-	-	22	27,5	1	100	2	15,4
Universitário incompleto	-	-	1	11,1	-	-	1	7,7	2	100	1	9,1	-	-	3	16,7	1	33,3	6	7,5	-	-	2	15,4
Universitário completo	1	33,3	2	22,2	-	-	8	61,5	-	-	2	18,2	-	-	-	-	-	-	4	5,0	-	-	4	30,8
Mestrado ou doutorado	-	-	2	22,2	-	-	-	-	-	-	1	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	1	7,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3	100	9	100	1	100	13	100	2	100	11	100	3	100	18	100	3	100	80	100	1	100	13	100

Fonte: PRG/USP.

Nota: Elaboração das autoras.

Tabela 16 – Número e porcentagem de estudantes bonistas e não bonistas para todos os cursos dos campi da USP da cidade de São Paulo, segundo o nível de escolaridade dos pais – 2008

Nível escolaridade pai	BONISTAS		NÃO BONISTAS	
	Nº	%	Nº	%
Não frequentou escola	-	-	4	2,8
Entre a 1ª e 4ª série	4	30,8	36	25,0
Entre a 5ª e 8ª série	1	7,7	14	9,7
Ensino fundamental completo	-	-	9	6,3
Ensino médio incompleto	2	15,4	7	4,9
Ensino médio completo	2	15,4	36	25,0
Universitário incompleto	3	23,1	14	9,7
Universitário completo	1	7,7	20	13,9
Mestrado ou doutorado	-	-	3	2,1
Não respondeu	-	-	1	0,6
TOTAL	13	100,0	144	100,0

Fonte: PRG/USP.

Nota: Elaboração das autoras.

Tabela 17 – Número e porcentagem de estudantes bonistas (B) e não bonistas (NB) para os cursos do campus da USP de Ribeirão Preto (medicina, psicologia, direito, licenciatura em enfermagem, matemática aplicada a negócios e música), segundo o nível de escolaridade dos pais – 2008

Nível escolaridade pai / Curso	Medicina				Psicologia				Direito				Lic. em enfermagem				Mat. aplicada negócios				Música				
	B		NB		B		NB		B		NB		B		NB		B		NB		B		NB		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Não frequentou escola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre a 1ª e 4ª série	-	-	-	-	-	-	1	33,3	-	-	-	-	2	66,7	9	37,5	-	-	1	10,0	1	100,0	5	26,3	
Entre a 5ª e 8ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25,0	1	16,7	-	-	2	8,3	-	-	2	20,0	-	-	4	21,1	
Ens. fundamental completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8,3	-	-	1	10,0	-	-	1	5,3		
Ensino médio incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33,3	4	16,7	-	-	-	-	-	-	1	5,3		
Ensino médio completo	-	-	-	-	-	-	1	33,3	-	-	1	16,7	-	-	3	12,5	-	-	4	40,0	-	-	4	21,1	
Universitário incompleto	1	50,0	-	-	-	-	1	33,3	1	25,0	1	16,7	-	-	1	4,2	-	-	1	10,0	-	-	1	5,3	
Universitário completo	1	50,0	1	100,0	-	-	-	-	2	50,0	3	50,0	-	-	1	4,2	1	100,0	1	10,0	-	-	2	10,5	
Mestrado ou doutorado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,3	
TOTAL	2	100,0	1	100,0	0	0	3	100,0	4	100,0	6	100,0	3	100,0	24	100,0	1	100,0	10	100,0	1	100,0	19	100,0	

Fonte: PRG/USP.
Nota: Elaboração das autoras.

Tabela 18 – Número e porcentagem de estudantes bonistas e não bonistas para todos os cursos do campus da USP de Ribeirão Preto, segundo o nível de escolaridade dos pais – 2008

Nível escolaridade pai	BONISTAS		NÃO BONISTAS	
	Nº	%	Nº	%
Não frequentou escola	-	-	2	3,2
Entre 1ª e 4ª série	3	27,3	16	25,4
Entre 5ª e 8ª série	1	9,1	8	12,7
Ensino fundamental completo	-	-	5	7,9
Ensino médio incompleto	-	-	5	7,9
Ensino médio completo	1	9,1	13	20,6
Universitário incompleto	2	18,2	5	7,9
Universitário completo	4	36,4	8	12,7
Mestrado ou doutorado	-	-	-	-
Não respondeu	-	-	1	1,6
TOTAL	11	100,0	63	100,0

Fonte: PRG/USP.
Nota: Elaboração das autoras.

Tabela 19 – Número e porcentagem de estudantes bonistas e não bonistas para todos os cursos considerados dos *campi* da USP de São Paulo e Ribeirão Preto, segundo o nível de escolaridade dos pais – 2008

Nível escolaridade pai	BONISTAS		NÃO BONISTAS	
	Nº	%	Nº	%
Não frequentou escola			6	2,9
Entre 1ª e 4ª série	7	29,2	52	25,1
Entre 5ª e 8ª série	2	8,3	22	10,6
Ensino fundamental completo	-	-	14	6,8
Ensino médio incompleto	2	8,3	12	5,8
Ensino médio completo	3	12,5	49	23,7
Universitário incompleto	5	20,8	19	9,2
Universitário completo	5	20,8	28	13,5
Mestrado ou doutorado	-	-	3	1,5
Não respondeu	-	-	2	1,0
TOTAL	24	10,0	207	10,0

Fonte: PRG/USP.

Nota: Elaboração das autoras.

Observando-se as Tabelas 15 e 16, temos que, para os cursos localizados nos *campi* da cidade de São Paulo, os perfis de bonistas e não bonistas quanto à escolaridade dos pais é semelhante. O percentual de pais que não completaram o ensino fundamental para os dois grupos é praticamente o mesmo, a saber, 38,5% para os bonistas e 37,5% para os não bonistas (ver Tabela 16). Para os níveis de escolaridade mais elevados, ou seja, pais que possuem, no mínimo, ensino médio completo, o percentual também é próximo, sendo 46,2% para os bonistas e 51,3% para os não bonistas, perfazendo uma diferença de 5 pontos percentuais.

Já com base nas Tabelas 17 e 18, observamos uma diferença entre bonistas e não bonistas no tocante à escolaridade dos pais para os cursos localizados no *campus* de Ribeirão Preto. Nos níveis inferiores de escolaridade, ou seja, pais com ensino fundamental incompleto, os percentuais são próximos, sendo 36,4% para os bonistas e 41,3% para os não bonistas. Mas, nos níveis superiores de escolarização (pais com ensino médio ou ensino superior) temos um percentual maior de bonistas, 63,7%, contra 41,2% para não bonistas, uma diferença de 22,5 pontos percentuais.

E, por fim, observando-se a Tabela 19 e considerando-se todos os cursos aqui enfocados, notamos que os perfis dos bonistas e não bonistas são semelhantes nos níveis mais baixos de escolarização dos pais (ensino fundamental incompleto), sendo 37,5% para bonistas e 38,6% para não bonistas. Já nos níveis superiores de escolaridade dos pais (ensino médio ou ensino superior), observa-se percentual maior de bonistas (41,6%) em relação aos não bonistas (25,2%), perfazendo uma diferença de 16,4 pontos percentuais.

Assim, com base nas Tabelas 15 a 19, podemos afirmar que, de modo geral e considerando-se todos os cursos, os perfis dos estudantes bonistas e não bonistas, no tocante à escolaridade dos pais, é semelhante. Uma diferença pôde ser observada em relação aos níveis superiores de escolaridade (pais com ensino médio ou ensino superior), para os cursos localizados no *campus* de Ribeirão Preto, nos quais os bonistas prevaleceram. Essa diferença parece ser devido aos cursos mais concorridos estarem localizados no *campus* de Ribeirão Preto, considerados cursos tradicionais, como medicina e direito (ver Tabela 17).

Em relação ao rendimento familiar, os dados seguem organizados nas Tabelas 20 a

24. As informações contidas nas tabelas foram fornecidas pela PRG/USP e derivam da seguinte pergunta: “Qual é a sua faixa de renda mensal (em salários mínimos)?”, para a qual havia as seguintes alternativas: “a) Inferior a um salário mínimo; b) Entre um e dois salários mínimos; c)

Entre dois e três salários mínimos; d) Entre três e cinco salários mínimos; e) Entre cinco e sete salários mínimos; f) Entre sete e dez salários mínimos; g) Entre dez e quatorze salários mínimos; i) Entre quatorze e vinte salários mínimos; j) Acima de vinte salários mínimos”.

Tabela 20 – Número e porcentagem de estudantes bonistas (B) e não bonistas (NB) para os cursos dos *campi* da cidade de São Paulo (jornalismo, publicidade e propaganda, relações internacionais, ciência da atividade física, ciência da natureza e música), segundo a faixa de renda familiar – 2008

Renda / Curso	Jornalismo				Publicidade e propaganda				Relações internacionais				Ciências da atividade física				Ciências da natureza				Música			
	B		NB		B		NB		B		NB		B		NB		B		NB		B		NB	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Inferior a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,3	-	-	-	-
Entre 1 – 2	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66,7	4	22,2	2	66,7	27	33,7	-	-	2	15,4
Entre 2 – 3	-	-	-	-	-	-	2	15,3	-	-	2	18,2	1	33,3	3	16,7	-	-	22	27,5	-	-	2	15,4
Entre 3 – 5	-	-	2	22,2	1	100,0	1	7,7	1	50,0	2	18,2	-	-	7	38,9	-	-	20	25,0	1	100,0	4	30,7
Entre 5 – 7	1	33,3	-	-	-	-	1	7,7	-	-	2	18,2	-	-	4	22,2	1	33,3	6	7,5	-	-	4	30,7
Entre 7 – 10	1	33,3	3	33,3	-	-	1	7,7	-	-	2	18,2	-	-	-	-	-	1	1,3	-	-	-	-	
Entre 10 – 14	-	-	2	22,2	-	-	6	46,2	1	50,0	-	-	-	-	-	-	-	2	2,5	-	-	-	-	
Entre 14 – 20	-	-	1	11,1	-	-	1	7,7	-	-	1	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,7
Acima de 20	-	-	1	11,1	-	-	1	7,7	-	-	2	18,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,3	-	-	-	-	
TOTAL	3	100,0	9	100,0	1	100,0	13	100,0	2	100,0	11	100,0	3	100,0	18	100,0	3	100,0	80	100,0	1	100,0	13	100,0

Fonte: PRG/USP.

Notas: 1 Elaboração das autoras.

2 Valor do salário mínimo em 2008 = R\$415,00.

Tabela 21 – Número e porcentagem de estudantes bonistas e não bonistas para todos os cursos dos *campi* da cidade de São Paulo, segundo a faixa de renda familiar em salários mínimos – 2008

Faixas de renda	Bonistas		Não bonistas	
	Nº	%	Nº	%
Inferior a 1	-	-	1	0,7
Entre 1 – 2	5	38,5	33	22,9
Entre 2 – 3	1	7,7	31	21,5
Entre 3 – 5	3	23,1	36	25,0
Entre 5 – 7	2	15,4	17	11,8
Entre 7 – 10	1	7,7	7	4,9
Entre 10 – 14	1	7,7	10	6,9
Entre 14 – 20	-	-	4	2,8
Acima de 20	-	-	4	2,8
Não respondeu	-	-	1	0,7
TOTAL	13	100,0	144	100,0

Fonte: PRG/USP.

Notas: 1 Elaboração das autoras.

2 Valor do salário mínimo em 2008 = R\$415,00.

Tabela 22 – Número e porcentagem de estudantes bonistas (B) e não bonistas (NB) para os cursos do *campus* de Ribeirão Preto (medicina, psicologia, direito, licenciatura em enfermagem, matemática aplicada a negócios e música), segundo a faixa de renda familiar – 2008

Renda / Curso	Medicina				Psicologia				Direito				Licenciatura em enf.				Mat. aplicada negócios				Música			
	B		NB		B		NB		B		NB		B		NB		B		NB		B		NB	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Inferior a 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,2	-	-	-	-	-	-	2	10,5
Entre 1 – 2	-	-	-	-	-	-	2	66,7	-	-	-	-	-	-	3	12,5	1	100,0	3	30,0	-	-	2	10,5
Entre 2 – 3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25,0	1	16,7	1	33,3	7	29,2	-	-	-	-	1	100,0	5	26,3
Entre 3 – 5	-	-	-	-	-	-	1	33,3	-	-	-	-	1	33,3	8	33,3	-	-	5	50,0	-	-	5	26,3
Entre 5 – 7	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25,0	2	33,3	1	33,3	2	8,4	-	-	-	-	-	-	4	21,1
Entre 7 – 10	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	12,5	-	-	1	10,0	-	-	1	5,3
Entre 10 – 14	2	100,0	-	-	-	-	-	-	1	25,0	3	50,0	-	-	-	-	-	-	1	10,0	-	-	-	-
Entre 14 – 20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 20	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não respondeu:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2	100,0	1	100,0	-	-	3	100,0	4	100,0	6	100,0	3	100,0	24	100,0	1	100,0	10	100,0	1	100,0	19	100,0

Fonte: PRG/USP.

Nota: Valor do salário mínimo em 2008 = R\$415,00.

Tabela 23 – Número e porcentagem de estudantes bonistas e não bonistas para todos os cursos do *campus* de Ribeirão Preto, segundo a faixa de renda familiar em salários mínimos – 2008

Faixas de renda	Bonistas		Não bonistas	
	Nº	%	Nº	%
Inferior a 1	-	-	3	4,8
Entre 1 – 2	1	9,1	10	15,9
Entre 2 – 3	3	27,3	13	20,5
Entre 3 – 5	1	9,1	19	30,2
Entre 5 – 7	2	18,1	8	12,7
Entre 7 – 10	-	-	6	9,5
Entre 10 – 14	3	27,2	4	6,3
Entre 14 – 20	-	-	-	-
Acima de 20	1	9,1	-	-
Não respondeu	-	-	-	-
TOTAL	11	100,0	63	100,0

Fonte: PRG/USP.

Notas: Valor do salário mínimo em 2008 = R\$415,00.

Tabela 24 – Número e porcentagem de estudantes bonistas e não bonistas para todos os cursos considerados dos *campi* de São Paulo e Ribeirão Preto, segundo o nível de escolaridade dos pais – 2008

Faixas de renda	Bonistas		Não bonistas	
	Nº	%	Nº	%
Inferior a 1	-	-	4	1,9
Entre 1 – 2	6	25,0	43	20,8
Entre 2 – 3	4	16,7	44	21,2
Entre 3 – 5	4	16,7	55	26,5
Entre 5 – 7	4	16,7	25	12,1
Entre 7 – 10	1	4,1	13	6,3
Entre 10 – 14	4	16,7	11	5,3
Entre 14 – 20	-	-	7	3,4
Acima de 20	1	4,1	4	1,9
Não respondeu	-	-	1	0,5
TOTAL	24	100,0	207	100,0

Fonte: PRG/USP.

Notas: Valor do salário mínimo em 2008 = R\$415,00.

Observando-se as Tabelas 20 e 21, notamos que os perfis dos estudantes bonistas e dos não bonistas dos cursos localizados nos *campi* da cidade de São Paulo são semelhantes no tocante à renda familiar. Em ambos os grupos, cerca de 70% dos estudantes são provenientes de famílias cujo rendimento está abaixo de cinco salários mínimos.

Já em relação aos cursos localizados no *campus* de Ribeirão Preto é possível observar, com base nas Tabelas 22 e 23, uma diferença entre os dois grupos. Nas faixas de renda de até três salários mínimos, a distribuição é próxima, sendo 41,3% de não bonistas e 36,4% para bonistas, perfazendo uma diferença de 4,9 pontos percentuais. Mas, para as faixas superiores de rendimento familiar (acima de sete salários mínimos), o percentual de bonistas é maior (36,3%) do que o de não bonistas (15,9%), perfazendo uma diferença de 20,4 pontos percentuais.

Tomando-se por base a Tabela 24 e considerando-se todos os cursos aqui enfocados, percebemos uma distribuição semelhante entre bonistas e não bonistas para as faixas inferiores de renda (até três salários mínimos). Já para os níveis superiores de rendimento familiar (acima

de sete salários mínimos), observamos uma pequena diferença a favor dos bonistas (24,9%), contra 17,4% de não bonistas, numa diferença de 7,5 pontos percentuais.

Observando-se as Tabelas 20 a 24, podemos afirmar que, de maneira geral, assim como ocorreu no tocante à escolaridade dos pais, os perfis dos estudantes bonistas e não bonistas são semelhantes em relação ao rendimento familiar. Também da mesma forma que observado para a escolarização paterna, em referência à renda familiar, notamos uma pequena diferença para os cursos localizados no *campus* de Ribeirão Preto, nos quais os bonistas são provenientes de famílias com faixas superiores de rendimento (ver Tabela 23). Como também já aludimos, essa diferença parece ser devida ao fato de os cursos mais concorridos localizados no *campus* de Ribeirão Preto serem aqueles tidos como mais tradicionais, como Medicina e Direito.

Em suma, é possível afirmar com base nos dados apresentados que, quanto à escolaridade dos pais e ao rendimento familiar, os estudantes bonistas e os não bonistas dos cursos aqui focalizados possuem perfis semelhantes. As diferenças observadas referem-

se aos níveis superiores desses dois fatores para os cursos localizados no *campus* de Ribeirão Preto, notadamente os cursos mais concorridos. Dessas diferenças, destacamos aquela relativa à escolaridade dos pais, já que, considerando-se todos os cursos conjuntamente, o percentual de estudantes bonistas com pais com ensino médio ou ensino superior foi 16,4 pontos maior do que o de não bonistas (ver Tabela 19), enquanto a diferença no tocante à renda familiar foi de 7,5 pontos percentuais (ver Tabela 24).

Os dados aqui analisados mostram que o perfil socioeconômico dos estudantes de EP que deveram seu ingresso na USP ao bônus do Inlusp é semelhante aos de seus pares da rede pública que não precisaram do bônus (não bonistas). Na direção das críticas que são feitas a programas de ações afirmativas como o Inlusp, o presente trabalho mostrou que, de fato, esse programa não tem contribuído para incluir estudantes com características sociais e econômicas mais desfavorecidas. Ao contrário, mostramos que, quando há diferenças entre bonistas e não bonistas, elas são favoráveis aos bonistas que são, em alguns cursos, provenientes de famílias com pais mais escolarizados e rendas mais elevadas do que seus pares de EP não beneficiados pelo bônus do Inlusp (não bonistas). Nesse caso, merece destaque a diferença do nível de escolaridade dos pais dos bonistas nos cursos mais concorridos de Ribeirão Preto, considerados mais tradicionais.

Assim, se é correto afirmar que um dos efeitos do Inlusp foi o de ter contribuído para o aumento de estudantes de EP nos cursos mais seletivos da USP (PIMENTA et al., 2008), parece-nos igualmente correto afirmar que esses estudantes beneficiados pelo bônus do Inlusp precisam ser detentores de um favorecimento cultural anterior, a saber, serem filhos de pais com alto nível de escolaridade.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi fornecer indicadores socioeconômicos do Inlusp, com

vistas a responder à questão: quem o programa tem contribuído para incluir na USP? Para isso, apresentamos dados relativos ao ingresso de estudantes de EP na USP e realizamos uma comparação entre o perfil socioeconômico dos estudantes em geral, daqueles oriundos de EP que necessitaram do bônus para sua aprovação no vestibular (bonistas) e daqueles que não necessitaram (não bonistas).

Em relação à presença de egressos de EP na USP, vimos que, embora a taxa de inscrição desses estudantes no vestibular tenha decrescido ao longo dos últimos anos, sua taxa de aprovação se elevou, coincidindo com a implementação do Inlusp, que atua por meio de um sistema de bonificação. No entanto, como vimos, a maior parte dos estudantes egressos de EP que ingressam na USP o fazem independentemente do Inlusp, mesmo se considerarmos o efeito de ações indiretas do programa, como a concessão de isenções da taxa de inscrição no vestibular ou a divulgação do programa em escolas públicas e em diferentes mídias, gerando também um efeito simbólico¹⁸.

A análise de indicadores socioeconômicos relativos ao corpo discente de doze cursos dos *campi* de São Paulo e Ribeirão Preto veio demonstrar que o Inlusp tem contribuído, sobretudo, para incluir estudantes de EP que são semelhantes em termos socioeconômicos a seus pares da rede pública que não devem a esse programa o seu ingresso na USP. Na comparação entre bonistas e não bonistas, vimos que a maior diferença observada ocorreu nos cursos mais concorridos do *campus* de Ribeirão Preto, tidos como mais tradicionais, como medicina e direito, no tocante à escolaridade dos pais. Assim, pareceu-nos acertado afirmar que, se o Inlusp contribui para o ingresso de estudantes de EP nos cursos mais seletivos, como apontam Pimenta et al. (2008), é necessário que esses estudantes detenham certo favorecimento cultural.

Essa problemática remete diretamente à discussão do peso diferenciado dos fatores

18- Em texto anterior, abordamos uma trajetória que ilustra esse tipo de efeito (ver PIOTTO; NOGUEIRA, 2013).

econômicos e culturais no destino escolar dos indivíduos, que tem em Pierre Bourdieu (1998) seu expoente maior. Desde a década de 1960, esse sociólogo buscou, com o conceito de capital cultural, um meio de explicar as diferenças de rendimento escolar de crianças com situação econômica semelhante, opondo-se, contudo, às explicações – predominantes à época – baseadas na existência de dons ou de aptidões “naturais”.

Em texto de 1966, ao se reportar aos dados então obtidos pela demografia francesa, ele revelava a origem e as bases de suas teses sobre o papel crucial da distribuição desigual do capital cultural entre as classes sociais e as frações de classe:

Paul Clerc mostrou que, com diploma igual, a renda não exerce nenhuma influência própria sobre o êxito escolar e que, ao contrário, com renda igual, a proporção de bons alunos varia de maneira significativa segundo o pai não seja diplomado ou seja bacharel, o que permite concluir que a ação do meio familiar sobre o êxito escolar é quase exclusivamente cultural. (BOURDIEU, 1998, p. 42).

A partir dos dados analisados, a diferença encontrada entre bonistas e não bonistas mostrou que, para que os primeiros ingressem nos cursos tidos como mais tradicionais, é preciso que tenham pais mais escolarizados e, nesse aspecto, não discrepam sobremaneira do conjunto dos estudantes da USP.

No mesmo texto, tentando conhecer as mediações pelas quais se exerce a ação do

nível cultural da família, Bourdieu (1998, p. 44, grifos nossos) afirma:

As pesquisas sobre os estudantes das faculdades de filosofia, ciências e letras tendem a mostrar que a *parte do capital cultural que é a mais rentável na vida escolar é constituída pelas informações sobre o mundo universitário e as trajetórias escolares*, pela facilidade verbal e pela cultura geral adquirida nas experiências extraescolares.

No caso dos estudantes bonistas, é possível supor que ter pais que atingiram certo grau de escolaridade favoreça, de algum modo, a obtenção de um capital de informações sobre as diferentes possibilidades de percurso escolar e sobre o ensino superior, constituindo-se em fator mais rentável para o ingresso na universidade do que a própria renda.

As questões aqui levantadas apontam os limites do Inclusp. Todavia, é importante ressaltar que tais limitações talvez não se refiram apenas à ação de inclusão social implementada pela USP, mas que também possam ser estendidas a outros programas semelhantes. Para se verificar essa possibilidade, seriam necessários outros estudos que também investigassem características socioeconômicas de estudantes beneficiados por políticas de ações afirmativas no ensino superior.

Por fim, resta concluir que a análise de indicadores socioeconômicos do Inclusp mostra como iniciativas desse tipo ainda têm alcance reduzido, sujeitas que estão à ação dos mecanismos de reprodução do capital cultural familiar.

Referências

- ACCARDO, Alain. Sina Escolar. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 595-611.
- AGUIAR, Márcio Mucedula; SILVA, Suellen Francine; PIOTTO, Débora Cristina. Perfil étnico-racial e origem escolar de estudantes que ingressaram na USP por meio do Inclusp. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FRONTEIRAS ÉTNICO-RACIAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO, 6., 2014, São Carlos. **Anais...** São Carlos: [s. n.], 2014.
- ALMEIDA, Wilson M. **ProUni e o ensino lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica**. São Paulo: Musa, 2014.
- ARCO NETTO, Nicolau Dela. Os nerds e o prodígio: a produção do sucesso escolar na Escola Técnica Federal de São Paulo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Rio de Janeiro: Anped, 2011. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2013.
- AUMENTA a participação de alunos da rede pública na USP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 fev. 2009.
- AUMENTOU número de alunos da escola pública na USP. **Jornal do Campus**, São Paulo, 17 abr. 2012.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Cotas raciais, não! Cotas associadas ao nível de renda, sim. **Revista da Adusp**, São Paulo, n. 47, p. 26-28, jun. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 Especial, p. 979-1000, out. 2006.
- CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.
- DAFLON, Verônica T.; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Ingresso em universidades de prestígio e desempenho no vestibular de grupos privilegiados negativamente: negros na Universidade de São Paulo, de 2001 a 2007. São Paulo: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag>>. Acesso em: 08 abr. 2013.
- MAIS alunos da rede pública de ensino ingressaram na USP em 2012. **Sala de Imprensa - USP**, São Paulo, 17 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.usp.br/imprensa>>. Acesso em: 17 abr. 2012.
- MATOS, Maurício dos Santos et al. O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior gratuito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 93, n. 235, p. 720-742, set./dez. 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Cotas raciais na USP: um debate atropelado e “operação abafa”. **Revista da Adusp**, São Paulo, n. 47, p. 20-25, jun. 2010.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007.
- PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; BRAGA, Mauro Mendes. Ações afirmativas no ensino superior e o programa de bônus para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 166-188, jan./abr. 2012.
- PIMENTA, Selma Garrido. et al. **O impacto do Inclusp no ingresso de estudantes da escola pública na USP (período 2007-2008)**. São Paulo: Pró-Reitoria de Graduação, 2008. Disponível em: <<http://www.usp.br/inclusp/site>>. Acesso em: 07 nov. 2008.

PIOTTO, Débora Cristina; NOGUEIRA, Maria Alice. Inclusão vista por dentro: a experiência via Inclusp. **Educação**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 373-384, set./dez. 2013.

SOUZA, Alberto de Mello e. Desempenho dos candidatos no vestibular e o sistema de cotas na UERJ. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 701-724, dez. 2012.

TARÁBOLA, Felipe de Souza. **Quando o ornitorrinco vai à universidade**: trajetórias de sucesso e longevidades escolares pouco prováveis na USP: escolarização e formação de *habitus* de estudantes universitários das camadas populares, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TESSLER, Leandro Russovski. Ação afirmativa sem cotas: o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp. In: PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória (Org.). **Universidade pública e inclusão social**: experiência e imaginação. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 67-91.

TOLEDO, Maria Cristina Motta de. Universidade e inclusão social: experiência recente da Universidade de São Paulo com a criação da EACH e a implantação do INCLUSP. In: PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória (Org.). **Universidade pública e inclusão social**: experiência e imaginação. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 44-66.

WINTHER, Juliana Mara; GOLGHER, André Braz. Uma investigação sobre a aplicação de bônus adicional como política de ação afirmativa na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 333-359, dez. 2010.

Recebido em: 14.05.2014

Aprovado em: 14.04.2015

Débora Cristina Piotto é doutora em psicologia escolar pela Universidade de São Paulo e professora na Universidade de São Paulo *campus* Ribeirão Preto.

Maria Alice Nogueira é doutora em ciências da educação pela Université Rene Descartes, Paris V, e professora na Universidade Federal de Minas Gerais.